

O JORNALISMO LITERÁRIO NO SÉCULO XIX: A IMPRENSA ENTRE FOLHETINS, CRÔNICAS E LEITORES

MARIANA COUTO GONÇALVES*

Analisando a imprensa diária no século XIX, percebemos a extensa participação de escritores nos periódicos, criando um jornalismo com características literárias e modificando a maneira de fazer jornal no Brasil e no mundo. Escritores como Machado de Assis, Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar, Euclides da Cunha, encontraram no jornal o principal veículo de divulgação das suas obras, artigos, opiniões e críticas. Neste momento, literatura e jornalismo tornam-se indissociáveis e desta junção cria-se um novo gênero: o jornalismo literário.

1. Imprensa de política à literária:

Nos primórdios da imprensa europeia, a crítica literária proporcionou a ascensão da literatura nos periódicos através do *Journal des Savants*, em 1665, na França. Em vista disso, os jornais europeus apresentaram-se como um gênero híbrido: jornais políticos que continham a crítica literária, como explica Hérís Arnt (2001). No entanto, esses jornais não contavam com escritores em suas redações, essa participação ocorreria apenas na Alemanha durante o século XIX. E foi justamente no século XIX que a influência da Literatura no Jornalismo tornou-se mais visível (PENA, 2008: 32). Neste período, o jornalismo literário tornou-se um “fenômeno universal”, apresentando o folhetim como principal instrumento da junção entre jornalismo e literatura.

Nascido na França durante a primeira metade do século XIX, o folhetim, primeiramente designava o espaço geográfico no jornal no qual se publicava desde piadas à receitas culinárias. O sinônimo de variedades perdurará até o ano de 1836, quando Émile de Girardin idealizou a publicação de ficção em partes sequenciadas, criando então o romance-folhetim visando primordialmente à redução dos custos da impressão, aumentando as tiragens,

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bacharel em história pela Universidade Federal de Pelotas. Bolsista do CNPq. E-mail: marianacoutogon@gmail.com

atraindo mais leitores e proporcionando o acesso do público a leitura. Antonio Hohlfeldt (2003) enumera alguns fatores que contribuíram para o sucesso do gênero literário:

Contribui para isso, de um lado, o desenvolvimento tecnológico significativo – com reflexos sobre a produção jornalística e a distribuição livresca, incluindo seu crescente barateamento – e a democratização educacional, mediante o acesso à leitura, primeiramente das classes burguesas e, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, também dos chamados segmentos populares (HOHLFELDT, 2003: 28)

Além disso, o sucesso do empreendimento literário resulta de uma conjuntura de fatores que se apresentava na França, contribuindo para a ascensão dos folhetins: “o aumento da taxa de alfabetização, a diminuição da jornada de trabalho, a mudança do gosto, a importância crescente dos jornais no cotidiano e a diminuição de seus preços” (ALVIM, 2008: 03). A confluência desses fatores, somados ao barateamento dos periódicos, proporcionaram o êxito deste novo gênero literário. “O resultado foi imediato, o público [...] encontrava uma nova forma de literatura que proporcionará um aumento considerável de impressos, de leitores e escritores. Vai se ampliar o campo semântico da famigerada palavra” (MEYER, 2005: 58-59). Dessa forma, o folhetim tornou-se o chamariz de assinantes e leitores e, em um ano, o jornal *La Presse* passou de 70.000 exemplares para 200.000 exemplares, em dados apontados por Tania Serra (1997). O folhetim democratizou a cultura através do acesso do público à leitura e inscrevendo-se nas grandes mudanças na história. Seu nascimento, elaboração, apogeu, morte e ressurreição coincidem – e não por acaso – com as três séries de datas 1836-1850, 1851-1871 e 1871-1914 (MEYER, 2005: 64).

A primeira série é marcada pela busca de um jornal mais acessível por Émile de Girardin visando o público letrado nascido no pós Revolução Burguesa. Para Meyer (2005), o folhetim ganha suas especificidades a partir de 1840 transformando-se o “filé mignon” dos periódicos e apresentando-se como um gênero específico do romance. Nesta série, destacam-se os escritores Alexandre Dumas e Eugène Sue. O folhetim *Os mistérios de Paris* de Sue foi o responsável pelo surgimento de uma “conscientização do público: a “descoberta” de que há problemas graves na sociedade capitalista do século XIX que precisam ser solucionados, sobretudo as injustiças sociais” (SERRA, 1997: 23). Devido a essa conscientização, o gênero literário foi suspenso por Luís Napoleão Bonaparte, em 02 de dezembro de 1851, objetivando

coibir os conteúdos sociais e políticos. Contudo “não houve como reprimir um hábito de leitura já formado. Havia somente que esvaziá-lo de qualquer conteúdo politicamente explosivo e deixá-lo expandir-se no delírio da aventura pela aventura” (MEYER, 1998: 15).

Sendo assim, o folhetim entra em sua segunda série com novas alterações, restrições e com uma personagem ícone do período: o Rocambole. Para Meyer (2005), Rocambole torna-se um herói, que sofre inúmeras metamorfoses, muitas vezes morto pelo autor e ressuscitado a pedido do público. “Delirante aventureiro a serviço das mais reles causas, tão safado quanto proteiforme, cujo mau-caratismo se conjuga a uma imperturbável audácia” (MEYER, 2005: 104). O Rocambole é uma personagem envolvida em aventuras sempre objetivando o dinheiro como finalidade e sempre atingindo seus objetivos. O folhetim rocambolesco perdurou durante treze anos (1857-1870) e desapareceu apenas com a morte de Ponson du Terrail, autor do gênero, encerrando a segunda série do folhetim.

Posteriormente, o folhetim entra em sua terceira e última fase, após a derrota francesa na guerra Franco-prussiana. Neste período o romance-folhetim retrata os “dramas da vida” e “romance das vítimas” conforme aponta Meyer (2005), através de autores como Xavier de Montépin e Richebourg. “O romance da terceira fase, conservador, conclamando o bom operário ao trabalho e à moral, compondo amplo quadro da mulher vítima, prostituta, deflorada, seduzida, abandonada, fatal, mãe solteira etc.” (MEYER, 2005: 206). Com esse plano de fundo, os leitores passaram a se identificar com as personagens e histórias com aspectos mais reais, sem um herói, mas proporcionando ensinamentos aos leitores. Todavia, em 1914 o romance-folhetim chegou ao fim, devido à criação do cinema e com o advento da Primeira Guerra Mundial. Apesar de seu término no início do século XX, “o folhetim democratizou a cultura, possibilitando o acesso do grande público à Literatura e multiplicando o número de obras publicadas” (PENA, 2008: 31).

O folhetim francês conseguiu alcançar diversas camadas sociais, gerando lucro para a imprensa e tornando os escritores conhecidos e prestigiados. Obviamente, esta inovação literária extrapolaria as fronteiras e dominaria os editoriais pelo mundo, inclusive chegando ao Brasil. No entanto, quando o folhetim ganhava o mundo, a imprensa brasileira aos poucos

conquistava sua liberdade de expressão e os periódicos se disseminavam no país¹. Apesar dos periódicos brasileiros atuarem ativamente nos debates políticos, econômicos e sociais dependidos no país, como por exemplo, a Independência do Brasil (1822), Abolição dos Escravos (1888) e Proclamação da República (1889), percebemos que a literatura ocupava algumas colunas dos jornais diários, atuando na divulgação de autores locais e regionais. Não obstante, este fato mudará consideravelmente a partir da criação dos folhetins e da atuação de escritores nas redações dos periódicos, caracterizando, assim, o jornalismo literário.

2. O jornalismo literário:

O jornalismo literário se expressa como um conceito amplo, possibilitando seis perspectivas de análises², compreendidas por Felipe Pena (2008) como subgêneros. Segundo Pena (2008), estes subgêneros aludem à classificação feita por alguns autores sobre o conceito, tendo em vista “o problema que é analisar a junção de dois discursos diferentes: o jornalístico e o literário” (PENA, 2008: 20). Uma das classificações diz respeito à participação de escritores na imprensa diária do século XIX, atuando ativamente nas redações dos jornais através da publicação de artigos, folhetins e crônicas. Compreendemos esta relação do escritor com a imprensa, a partir de uma passagem de José de Alencar no texto *Como e porque sou romancista*: “[...] a imprensa diária, na qual apenas me arriscara como folhetinista, arrebatou-me. Em fins de 1856 achei-me redator-chefe do Diário do Rio de Janeiro” (ALENCAR, 1873: 13).

Ciro Marcondes Filho (2000) esboça um quadro evolutivo do jornalismo que contempla cinco épocas distintas. Para Filho (2000), o primeiro e o segundo jornalismo, compreendidos entre os anos de 1789 à 1900, caracterizam-se como o período de maior influência da literatura nos periódicos:

¹ A imprensa brasileira foi criada apenas em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa através da implantação da Imprensa Régia e da Biblioteca do Rei. Antes disso, a metrópole proibia a circulação de livros e periódicos principalmente pelo receio da propagação de ideias contrárias a Corte. O primeiro jornal impresso no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1808, todavia três meses antes havia sido impresso em Londres, idealizado por Hipólito da Costa, o *Correio Braziliense*.

² Segundo Felipe Pena (2008) o conceito do jornalismo literário, no Brasil, é analisado a partir de seis perspectivas, além da referência a participação dos escritores na imprensa do século XIX, refere-se também: a crítica literária veiculada em jornais; associada com o movimento do *New journalism* (1960); incluindo romances-reportagem, ficção-jornalística e biografias.

É a época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as ideias. É época em que o jornal se profissionaliza: surge a redação como um setor específico [...] Nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. (FILHO, 2000: 11-12)

Nesta passagem, percebemos que o século XIX exprime as principais mudanças no jornalismo, principalmente na relação do político com o literário. Posteriormente, principalmente no século XX, a imprensa adquire novas perspectivas: o *valor de troca* – venda de espaço para a publicidade – torna-se prioridade em relação ao *valor de uso* – parte noticiosa – conforme Filho (2000). Neste século, a imprensa designa-se como uma grande empresa³ que visava o lucro, a publicidade e os anunciantes e, por consequência, a literatura ocupará esporadicamente suplementos e cadernos literários, restando à crônica como herança dos escritores literários.

Os escritores vão modificar o modo de fazer imprensa no Brasil e no mundo e a principal manifestação desta associação – literatura e jornalismo – no primeiro momento será através do folhetim. Primeiramente, os folhetins foram publicados sob a forma de tradução e posteriormente através das adaptações e criações próprias. O primeiro folhetim impresso no Brasil foi *O Capitão Paulo* de Alexandre Dumas publicado no periódico carioca *Jornal do Comércio* – pioneiro na publicação de folhetins – quase que simultaneamente com a versão francesa, em 1838. Assim como na França, o consagrado folhetim *Os mistérios de Paris*, traduzido em por Joaquim José da Rocha, em 1844, tornou-se um sucesso de publicação no Brasil. Após o êxito no Rio de Janeiro, logo o folhetim se disseminou nas demais Províncias brasileiras, porém assumiram em cada local suas próprias características. Ainda assim, o objetivo permanecia o mesmo: aumentar as tiragens e gerar lucro aos proprietários.

Héris Arnt (2001) propõe uma delimitação do jornalismo literário brasileiro, cuja data inicial seria em 1852 com a publicação, no *Correio Mercantil*, do folhetim *Memórias de um sargento de milícias* de Manuel Antônio de Almeida. E, 1907, ano da morte de Machado de

³ Conforme Maria Eleutério (2008) com a República Velha (1889 – 1930) a imprensa se diversificou em relação ao conteúdo e a forma. Neste período, a imprensa contou com novas tecnologias, como por exemplo, o uso de fotografias nas matérias, ocorreu um aumento nas tiragens, melhorou a qualidade do papel, barateou o custo da impressão, entre outros fatores que contribuíram para a imprensa tornar-se uma grande empresa.

Assis, como data final do jornalismo literário. Barbosa (2007) destaca a consolidação da literatura brasileira nos periódicos através da consolidação de alguns gêneros – como a crônica e o conto. Contudo, a autora aponta a importância dos jornais para a disseminação do gosto pela leitura do público brasileiro. Além disso, ocorreu a consolidação das bases do romance brasileiro (ARNT, 2001: 10). Dentro deste período do jornalismo literário brasileiro destacam-se os escritores: Machado de Assis, José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Manoel de Macedo, Euclides da Cunha, entre outros. Eles vinculavam-se aos periódicos planejando difundir o seu trabalho e torná-lo disponível ao público leitor. “O casamento entre imprensa e escritores era perfeito. Os jornais precisavam vender e os autores queriam ser lidos” (PENA, 2008: 32).

Neste momento, os escritores brasileiros encontravam no rodapé dos periódicos, um lugar para divulgar suas obras. Pode-se dizer que toda a ficção da segunda metade do século XIX foi essencialmente difundida através do romance-folhetim (HOHLFELDT, 2003: 20). O êxito desta literatura no Brasil, segundo Nadaf (2002), diz respeito a dois motivos: através do fortalecimento da imprensa com novos temas e abordagens e a aceitação da cultura francesa em oposição à portuguesa. O Brasil passou a acusar Portugal pelo seu atraso e paralelamente passou a absorver tudo o que vinha da França por representar progresso e modernidade (NADAF, 2002: 42). Dessa forma, os folhetins foram bem aceitos em solo brasileiro cujo impacto se deu em 1854 quando é publicado o *Guarani* de José de Alencar, segundo Arnt (2001). “Era, realmente, a época dos homens de letras fazendo imprensa” (SODRÉ, 1999: 192).

Outra manifestação dos escritores na imprensa se dava através das crônicas⁴. “Aos poucos o “folhetim” foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho” (CANDIDO, 1992: 15). Neste sentido, a crônica moderna nasceu através do consagrado folhetim. Machado de Assis atuou como cronista amadurecendo o

⁴ A palavra crônica é proveniente do radical grego *chronos* que significa tempo. Na mitologia, o deus Cronos, filho de Urano (Céu) e de Gaia (Terra), casa-se com sua irmã Réia. Cronos seria destronado por um de seus filhos, para evitar isto, ele devora todos seus filhos até que Réia o engana e gera Zeus. Zeus dá a Cronos uma droga que o faz vomitar todos os filhos que anteriormente ele havia devorado. De acordo com Laurito (1993) Cronos é a personificação do tempo, sua lenda pode ser lida como uma alegoria: a de que o tempo, em sua passagem fatal, engole tudo o que é criado e tudo o que é criatura.

gênero literário, como afirma Arnt (2001). Além dele, em 1854, José de Alencar passou a publicá-las no jornal *Correio Mercantil*, sendo considerado por Hérís Arnt (2001), o segundo passo em direção ao jornalismo literário. Por intermédio deste tipo de texto, Alencar relatou os acontecimentos cotidianos da cidade:

A mudança era significativa [...]: os capitais buscavam outras atividades aparecia a lei que regulamentava as sociedades em comandita, surgiam os bancos emissores, as sociedades colonizadoras, as empresas de estradas de ferro, e, como complemento natural, a especulação, a agiotagem, o falso luxo. Os costumes mudavam rapidamente. As crônicas de Alencar refletem essas mudanças: o interesse, por vezes apaixonado, pelo teatro, [...] a nova dança, a guerra da Criméia, as festas populares, como o carnaval, as sociedades por ações, que davam toque de escândalo aos negócios parcos e morigerados até aí vigentes (SODRÉ, 1999: 190-191).

A crônica se mostra como um lugar que oferece informações sobre o cotidiano das pessoas comuns e sobre o cotidiano das cidades, seus tipos populares, casos típicos, as ruas, anedotas (KLEIN, 2011: 235). Complementa-se ainda o fato de ser um texto curto, efêmero, com aspectos de oralidade, acessível, com um tom leve para ser rapidamente consumido. Estes aspectos são provenientes da própria rapidez do periódico que entre vinte e quatro horas nasce e morre. O consumo rápido da crônica pode ser percebido na analogia de Candido (1992) quando ele afirma que ela não é escrita para ficar na posteridade e que, segundo ele, sua perspectiva não é a dos escritores que escrevem em cima de montanhas e sim do simples “rés-do-chão”.

Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos cadentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade (CANDIDO, 1992: 14). O cronista lembrando o *flâneur* de Walter Benjamin, vagando pelas ruas, observando e percebendo as sensações, apresenta a seus leitores as situações diárias envoltas de sua sensibilidade, não se prendendo a argumentos e a explicações, apenas narrando um fato para o seu leitor, demonstrando as sensibilidades e representações sobre a sociedade e cidade por ele narrada. O olhar dos escritores do século XIX volta-se para as questões sociais e as agruras da vida cotidiana (ARNT, 2001: 08). Sendo assim, os cronistas utilizavam o espaço da crônica para denunciar, relatar ou questionar os rumos do país. Por intermédio das crônicas de José de Alencar que os leitores tomaram conhecimento da

introdução da máquina de costura no Rio de Janeiro e, por Machado de Assis, souberam sobre as mudanças de comportamento causadas pela chegada dos bondes elétricos (ARNT, 2001: 33). No entanto, quem eram os leitores do período e como eles receberam as mudanças trazidas pela imprensa?

3. Os leitores que consumiam o jornalismo literário:

Só por volta de 1840 o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passa a exibir alguns dos traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998: 18). Conforme Lajolo e Zilberman (1998), neste momento encontravam-se mecanismos necessários ao público leitor que se formava: bibliotecas, tipografias, livrarias. Além disso, a escolarização, embora precária, objetivava uma melhoria dos leitores. Entretanto, em um âmbito mundial, a leitura tornou-se possível a partir da “ampliação do mercado do livro, à difusão da escola, à alfabetização em massa das populações urbanas, à valorização da família e da privacidade doméstica e à emergência da ideia de lazer” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998: 14).

Tania Serra (1997) busca traçar um perfil do leitor de folhetim brasileiro. Segundo a autora, o público é completamente diferente do europeu principalmente por ser novo e por não existir ainda no Brasil uma tradição cultural. “O público do folhetim, tanto aqui quanto na França, vai ser aquele de quem não é requerido muito raciocínio; que, deparado com uma situação mirabolante e/ou patética, vai procurar a solução dos conflitos no próprio texto” (SERRA, 1997: 25). Acrescenta ainda, que os folhetins pouco contribuem para a formação de uma consciência e de reflexão para os leitores. Este fato só mudaria com a publicação dos romances de Eugène Sue, no qual os leitores descobrem os problemas sociais e por vezes se identificam com eles, gerando uma consciência e proporcionando questionamentos acerca da história das personagens.

Não obstante, Hohlfeldt (2003) apresenta algumas classificações acerca do público leitor dos folhetins. Primeiramente, tem-se um romance para as mulheres com características das fotonovelas atuais; o romance para os homens mais focados nas aventuras; e, por fim, uma literatura voltada aos jovens e crianças. Embora o público alternasse cada leitor buscava

um folhetim específico para satisfazer o seu gosto, apesar disso, todos os folhetins tinham em comum a intensa influência do leitor na escrita do folhetinista. À medida que o público se manifesta, por intermédio do aumento ou diminuição das vendas, os autores modificavam os rumos da trama, ou seja, esta era mais uma estratégia para manter o público fiel à obra. “O autor nunca é autônomo [...] a intervenção constante dos leitores é peça fundamental na estratégia folhetinesca” (PENA, 2008: 30). À medida que o público interferia na obra, os folhetinistas esticavam-na inserindo novas personagens, tramas e histórias paralelas. Além de agradar os leitores, a ampliação beneficiava os jornais e os próprios folhetinistas que ganhavam por linhas ou por tempo de publicação. O folhetim garantia não só os ganhos do jornal, como dos próprios romancistas, que deixavam, assim, de depender da compra ocasional de seus livros em volumes e passavam a ter um ganho semanal (ALVIM, 2008: 04).

Cruz (2011) aponta alguns rumos da leitura no transcorrer do século XIX a partir do aumento das livrarias na Corte, das tipografias, da criação dos gabinetes de leitura, das bibliotecas e a vinda de livreiros estrangeiros⁵. Somados a isso, tem-se a publicação de folhetins compilados e editados em livros, visando o leitor mais apressado que gostaria de ler a obra e completa e não esperar as fatias seriadas. Contudo, todo o tipo de ficção era impresso primeiramente no jornal e depois, se obtivesse sucesso tornava-se livro, isso ocorria devido ao alto custo da edição de livros. Escritores como Machado de Assis, José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo utilizaram desta prática.

“A indústria livreira francesa era igualmente cara e, por isso mesmo, distante do eventual público leitor. Nos primeiros anos do século XIX, os volumes eram vendidos em torno de 7,50 francos cada um” (HOHLFELDT, 2003: 33). O autor complementa que geralmente os grandes romances necessitavam de vários volumes para compilar toda a obra. Além disso, eram baixas as tiragens o que dificultava o lucro dos editores que precisariam vender uma grande quantidade de livros para ter uma margem de lucro. Conforme Hohlfeldt (2003), a solução na França deu-se por meio da criação de gabinetes de leitura, tendo um papel essencial na vida literária francesa:

⁵ Segundo Cruz (2011), os livreiros estrangeiros vieram para o Brasil e instalaram-se no Rio de Janeiro devido a possibilidade de desenvolver um novo mercado consumidor e diversificado.

A leitura era experiência mais reservada à minoria das pessoas educadas, que podia se permitir comprar livros. Mas muitos deles se associavam a clubes de leitura, cabinets littéraires ou Lesegesellschaften, onde podiam ler quase tudo o que queriam, em uma atmosfera sociável, por um pequeno pagamento mensal (DARNTON, 2011: 221).

Não obstante, a prática dos gabinetes de leitura também se tornou comum e disseminada no Brasil. Os leitores que não tinham condições de adquirir as obras e os periódicos os encontravam disponíveis nos gabinetes e também nas bibliotecas que começavam a serem criadas, visando o público leitor que se formava. Havia um interesse do público pela leitura e os gabinetes assumiram um papel fundamental no processo de sua propagação, porque ofereciam o aluguel de livros a preços módicos (CRUZ, 2011: 23). Percebemos a importância desses locais de leitura a partir do texto de José de Alencar:

Com as minhas bem poucas sobras, tomei uma assinatura em um gabinete de leitura que então havia à Rua da Alfândega, e que possuía copiosa coleção das melhores novelas e romances até então saídos dos prelos franceses e belgas [...] Devorei os romances marítimos de Walter Scott e Cooper, um após outro; passei aos do Capitão Marryat e depois a quantos se tinham escrito desse gênero, pesquisa em que me ajudava o dono do gabinete, em francês, de nome Cremieux, se bem me recordo, o qual tinha na cabeça toda a sua livraria. Li nesse discurso muita coisa mais: o que me faltava de Alexandre Dumas e Balzac, o que encontrei de Arlincourt, Frederico Soulié, Eugênio Sue e outros (ALENCAR, 1873: 12-13).

No entanto, o escritor José de Alencar faz parte um público letrado minoritário entre a população do Brasil. Apesar de vislumbrarmos os rumos da leitura no país, torna-se impossível saber como as obras eram recebidas. “A leitura possuiu uma história. Mas como podemos recuperá-la?” (DARNTON, 2011: 204). Segundo Darnton (2011), para responder este questionamento poderíamos buscar o registro dos leitores. Neste sentido, objetivamos elucidar o percentual dos leitores brasileiros a partir do censo de 1872⁶:

⁶ O censo de 1872 encontra-se disponível no site do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica : <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/>

Província	Sabem ler e escrever	Analfabetos
Alagoas	41.860	270.408
Amazonas	7.613	49.018
Bahia	249.072	962.720
Ceará	79.560	610.213
Espírito Santo	9.732	49.746
Goiás	22.656	127.087
Maranhão	68.571	215.530
Mato Grosso	10.922	42.828
Minas Gerais	224.539	1.444.737
Município da Corte	97.956	124.924
Pará	60.395	187.384
Paraíba	41.212	313.488
Paraná	31.816	84.346
Pernambuco	147.325	605.186
Piauí	27.770	150.657
Rio de Janeiro	114.600	375.487
Rio Grande do Norte	39.822	181.137
Rio Grande do Sul	95.303	271.719
Santa Catarina	21.926	122.892
São Paulo	141.067	539.675
Sergipe	29.134	124.486
TOTAL	1.562.851 (22,80%)	6.853.668 (77,20%)

Tabela 01: Número de pessoas livres que sabiam ler/escrever e analfabetos. A tabela não contempla o percentual da instrução escolar (06 a 15 anos).

Fonte: Censo de 1872. Dados ajustados a partir das pesquisas do Núcleo de História Econômica e Demográfica.

Na tabela 01, apresentamos os dados relativos aos leitores e analfabetos nas Províncias. Com base nela, evidencia-se que o total de leitores no Brasil era irrisório se compararmos com o percentual de analfabetos, uma vez que não atingia 30% da população de pessoas livres das províncias. Isto nos remete a questionar acerca do acesso do público as questões levantadas pelos literatos em suas crônicas e folhetins. “O olhar dos escritores do século XIX volta-se para as questões sociais e as agruras da vida cotidiana” (ARNT, 2001: 08). Apesar das lutas dependidas pelos escritores, poucas pessoas tinham acesso às reivindicações ou até mesmo ao acesso do folhetim e das obras destes autores, interferindo na criação e desenvolvimento dos rumos da trama.

Além disso, embora os jornais fossem mais baratos que os livros e na teoria alcançavam um público mais abrangente, a população de massa não adquiria estas obras principalmente pela falta de instrução. Na Europa, a taxa de indivíduos alfabetizados era elevada, proporcionando o êxito do jornalismo literário, principalmente pelo baixo custo dos periódicos e a necessidade de satisfazer um público leitor crescente que via no jornal a principal fonte cultural. Observamos que o suporte jornal favoreceu outras formas de ler e de fazer circular os textos, o que incluía a leitura em voz alta (BARBOSA, 2007: 74). A autora destaca a prática comum da leitura em voz alta como mecanismo para diminuir a “pobreza cultural” das pessoas analfabetas, tendo em vista o contato com o texto escrito. Apesar de bons folhetins serem lidos oralmente, para numerosos agregados e empregados, nunca chegaram a ter uma penetração de fato no conjunto mais amplo da sociedade (ARNT, 2001: 47).

Segundo Hérís Arnt (2001), o jornalismo literário foi sumariamente importante no âmbito cultural, principalmente através da atuação dos escritores na imprensa, todavia não representou uma penetração na sociedade como havia ocorrido em outros países, principalmente na França. Isso ocorreu devido à ausência de programas de alfabetização, tendo em vista que o público letrado era bem inferior se comparado ao europeu, dificultando a ascensão do povo à leitura e do próprio jornalismo literário.

4. Considerações finais:

A imprensa do século XIX desenvolveu-se a partir da união entre jornalismo e literatura, proporcionando um jornal mais variado e informativo através de novos mecanismos e abordagens para a construção de matérias e notícias. Além disso, ocorreu a profissionalização da imprensa, alcançando diversas Províncias, atingindo um maior número de leitores, democratizando a cultura e estimulando o hábito da leitura. Não obstante, essas modificações perpassavam a atuação dos escritores nas tipografias e redações. Eles encontraram na imprensa, o espaço perfeito para divulgarem seus textos, opiniões e críticas a respeito do cotidiano de suas cidades e Províncias.

No Brasil, praticamente todos os escritores – citamos Machado de Assis, José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, etc. – publicaram seus textos na imprensa e tornaram-se reconhecidos por intermédio dos periódicos. Apesar da participação desses escritores, o jornalismo literário não foi efetivo à medida que a grande massa da população não sabia ler, e, em virtude disso, não tinha acesso às reivindicações destes escritores. Já no caso europeu, por intermédio de processos de alfabetização e do desenvolvimento urbano e industrial, a população estava ávida por leitura e o jornal apresentava-se ao grande público como um artigo de baixo custo.

Apesar da pouca penetração na sociedade brasileira, o jornalismo literário, através das crônicas e os folhetins – principais instrumentos da junção da literatura com o jornalismo – estas se constituem para o historiador como fontes de conhecimento social e histórico. Embora estivessem permeados de ficção, nos folhetins existia uma tentativa de relatar o cotidiano proporcionando uma conscientização dos leitores. Já as crônicas, por intermédio de uma linguagem mais acessível, apresentam as sensibilidades e representações sobre as sociedades. Deste modo, por meio de ambas, podemos perceber a história sob outro aspecto, sob outro olhar, a partir do “rés-do-chão”.

Bibliografia:

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000311.pdf>. Acessado em 17 de março de 2013.

ALVIM, Luiza. **Os jornais, o romance e o folhetim**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/Os%20jornais-%20o%20romance%20e%20o%20folhetim.pdf>. Acessado em 17 de março de 2013.

ARNT, Héris. **A influência da literatura no jornalismo: o folhetim e a crônica**. Rio de Janeiro: E-papers, 2001.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. IN: CANDIDO, Antônio (org.). **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992, p. 13-22.

CRUZ, Patricia Cezar da. **A contribuição do romance-folhetim *O Guarani* na formação do público leitor brasileiro do século XIX.** Belém, 2011. Dissertação de mestrado em letras.

DARNTON, Robert. História da leitura. IN: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 203-242.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. IN: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008, p. 83-102.

FILHO, Ciro Marcondes. **Comunicação e jornalismo: A Saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker Editores, 2000.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas: O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

KLEIN, Ana Inez. O ensino das crônicas do professor Coruja. IN: BOEIRA, Nelson. GOLIN, Tau (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia.** Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 309-322.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1998.

LAURITO, Ilka Brunhilde. História. IN: BENDER, Flora. LAURITO, Ilka Brunhilde. **Crônica.** História, teoria e prática. São Paulo: Scipione, 1993, p. 09-40.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história.** São Paulo: Companhia das letras, 2005.

NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelêneas.** O folhetim nos jornais de Mato Grosso: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário.** São Paulo: Contexto, 2008.

SERRA, Tania. **Antologia do romance-folhetim: 1839 a 1870.** Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.